AUTISMO

e Alimentação Escolar



AUTISMO e Alimentação Escolar

AUTORES:

Erika Almeida Mesquita

Graduada em Nutrição. Pós Graduada em Nutrição Clínica Funcional (VP). Cursos de capacitação em Autismo e Seletividade Alimentar, Aplicador ABA (Adapte/SP) e Comunicação Alternativa Aumentativa (ComunicaTEA).

Tessa Cristine Alves

Graduada em Nutrição. Pós Graduada em Nutrição Ortomolecular (IBEHE/SP), Nutrição e Saúde Humana (UFLA/MG), Gastronomia (Universidade Anhembi Morumbi SP). Mestranda em Nutrição (Universidade São Camilo). Aplicador ABA (Gradual/SP).

Daniel Gadelha

Graduado em Educação Física, especialista em Treinamento Desportivo (Unifesp), Mestrado em Ciências da Saúde (Unifesp). Bacharel em Direito, especialista em Direito Tributário (PUC).

COLABORADORES:

Fernanda Lourenço de Menezes

Graduada em Nutrição. Especialista em Saúde, Nutrição e Alimentação Infantil, Mestre e Doutora em Ciências da Saúde (Unifesp), Atuação no Programa de Alimentação Escolar Pública.

Maria Angela Oliveira Delgado

Graduada em Nutrição. Pós graduada em Nutrição Clínica Funcional (VP), Especialista em Alimentação Escolar Pública.



Introdução

A nova prevalência do autismo publicada em 2023 é preocupante: 1 em cada 36 crianças foi diagnosticada com TEA. Isso representa 2,7% das crianças americanas, baseado em dados coletados em 2020, Considerando a mesma porcentagem para a população brasileira, podemos estimar que cerca de 6 milhões de pessoas são autistas atualmente no Brasil.

Importante destacar que a seletividade alimentar é uma das comorbidades associadas ao TEA que acomete cerca de 90% dessa população. Sendo assim, o suporte de um nutricionista especializado será fundamental tanto para as questões nutricionais como comportamentais.

No processo alimentar muitas questões sensoriais são envolvidas, o que torna esse momento desafiador para crianças e adolescentes com TEA.

Além disso, padrões rígidos de comportamento podem estar envolvidos, levando ao consumo de alimentos em determinada apresentação e utensílios próprios, além de adaptações necessárias ao ambiente como menor índice sonoro e local que permita a emissão de movimentos estereotipados para alívio sensorial, além do uso de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) para apresentar o cardápio.



Índice

Alimentação como um direito	_05
Abordagem comportamental para a alimentação no TEA	_06
Atuação do nutricionista ambulatorial e escolar	_07
Sugestão de processo	_08



Alimentação como um Direito

O direito à alimentação está consagrado em diversos tratados e declarações internacionais. Talvez o mais notório deles seja o Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece o direito de todo ser humano a um padrão de vida adequado, incluindo alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos.

A alimentação adequada é um direito fundamental das pessoas com deficiência, garantido pela Constituição Federal, pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e pela Lei nº 12.982/2014.

No âmbito escolar (públicas e privadas), o direito à alimentação adequada para pessoas com deficiência está previsto na Lei nº 11.947/2009, que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A lei determina que as escolas de educação básica devem oferecer alimentação escolar de qualidade a todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades especiais.

A Portaria n° 64/2014, do Ministério da Educação (MEC), que dispõe sobre a alimentação escolar no âmbito do PNAE, prevê, em seu artigo 21, que as escolas de educação básica devem elaborar e implementar cardápios diferenciados para alunos com necessidades especiais, atendendo às orientações médicas e nutricionais.



Abordagem Comportamental para a Alimentação no TEA

A dificuldade de alimentação no TEA envolve muitas questões comportamentais que são agravadas pelas dificuldades de interação social, comunicação e processamento sensorial.

Para lidar com essas questões, algumas técnicas devem ser adaptadas no momento da alimentação escolar:



Antecipar o cardápio, dando previsibilidade do que será apresentado. No caso de necessidades complexas de comunicação recomendamos um cardápio visual por pictogramas ou fotos dos alimentos.



Permitir que o aluno utilize utensílios próprios que lhe tragam identificação e conforto. Alguns autistas se beneficiam de pratos com divisórias, permitindo que os alimentos se mantenham originais no sabor.



Alimentos que ainda não são aceitos pela criança ou adolescente autista, devem vir em separado daqueles atualmente aceitos, Começar com porções pequenas e permitir a exploração, desde identificar, tolerar e interagir, até evoluir para cheirar, lamber e engolir.



Modificações culinárias simples podem ser necessárias como por exemplo: ofertar apenas de caldo de feijão ou grão sem caldo, carne desfiada ou apenas grelhada sem molho, uso de farinha para dar textura crocante, determinado formato de macarrão, pães com recheio em separado, etc.



Pessoas com TEA podem requerer um local de alimentação com menor estímulo sonoro. Durante o processo alimentar, frequentemente apresentam movimentos estereotipados, sendo necessário espaço para alívio. A presença de outras crianças e adolescentes é sempre positiva, podendo modelar o comportamento de consumo alimentar pelo exemplo.



Atuação do Nutricionista Ambulatorial e Escolar

Frente a quaisquer dificuldades alimentares, é de suma importância que a família busque o auxílio de profissionais capacitados, tanto um médico para um diagnóstico preciso quanto um nutricionista especializado para direcionar o tratamento.

É desejável que a equipe de nutrição envolvida no cuidado dessa criança alinhe seus objetivos por meio de reuniões colaborativas, visando garantir uma evolução otimizada do tratamento.

De um lado, a escola ou o nutricionista escolar necessitam de informações detalhadas a respeito do diagnóstico e tratamento da criança. Por outro lado, o nutricionista que a atende em ambiente ambulatorial precisa dessas informações para planejar de forma mais precisa o tratamento e fornecer orientações à escola.

Nesse contexto, espera-se que a equipe de profissionais de nutrição que acompanha a criança alinhe seus propósitos e abordagens por meio de encontros presenciais ou virtuais, assegurando que o tratamento progrida de maneira ótima. Além disso, é crucial manter a família devidamente informada acerca de todo o processo por meio de relatórios e feedbacks constantes.



Sugestão de Processo

- Escola recebe demanda de alimentação diferenciada para aluno TEA.
- Escola solicita relatório do nutricionista que acompanha o aluno + laudo médico.
- Relatório com detalhamento sobre alimentos aceitos (forma, cor apresentação, consistência) e alimentos atualmente evitados.
- Reunião do nutricionista escolar e do nutricionista ambulatorial para alinhamento de conduta.
- Nutricionista escolar acompanha o atendimento do aluno em todo o processo, desde a aceitação do cardápio até o a estimulação de novos ítens.
- Feedback periódico para a família, que deve acompanhar e perpetuar em casa alimentos aceitos no cardápio escolar.



ERIKA ALMEIDA @nutri.erika.almeida

TESSA CRISTINE ALVES @tessa.nutritea

DANIEL GADELHA @gadelhados

FERNANDA MENEZES @fernandasouzamenezes

MARIA ANGELA DELGADO madelgado@jundiai.sp.gov.br